

Associação de Futebol do Porto

Conselho de Arbitragem



Regulamento de Arbitragem

ÉPOCA 2019 / 2020

Índice

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS		4
1º DESIGNAÇÕES	4	
2º OBJETO	4	
3º ÂMBITO DE APLICAÇÃO	4	
CAPÍTULO II ORGANIZAÇÃO DA ARBITRAGEM		4
4º COMPOSIÇÃO	4	
5º ADMINISTRAÇÃO	5	
6º COMPETÊNCIAS	5/6	
7º PRESIDENTE DO CONSELHO DE ARBITRAGEM	6	
TÍTULO II - AGENTES		6
SUBTÍTULO I - DOS DIREITOS		6
8º ÁRBITROS	6/7	
9º OBSERVADORES	7	
SUBTÍTULO II - DOS DEVERES		7
10º AGENTE DA ARBITRAGEM	7/8	
11º DEVERES ESPECÍFICOS DO ÁRBITRO	8/9	
12º DEVERES ESPECÍFICOS DO OBSERVADOR	9	
13º INCOMPATIBILIDADE E IMPEDIMENTO	9	
SUBTÍTULO III – DO ESTATUTO		10
14º REGIME	10	
15º COMPENSAÇÃO	10	
16º LICENÇAS	10	
17º JUBILAÇÃO	11	
CAPÍTULO III FORMAÇÃO E PROGRESSÃO		11
18º CONDIÇÃO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE	11	
19º CURSOS E SEMINÁRIOS	11	
20º CURSOS DE ÁRBITROS	12	
21º CONDIÇÕES DE ADMISSÃO	12/13	
22º CURSO DE OBSERVADORES	13	
23º CONDIÇÕES DE ADMISSÃO	13	
24º SEMINÁRIO FUTEBOL PRAIA	13	
TÍTULO II-CATEGORIAS		14
25º DOS ÁRBITROS	14	
26º DOS OBSERVADORES	14	
27º CATEGORIA CJ	14	
28º CATEGORIA EC1	14	
29º CATEGORIA C6	15	

30° CATEGORIA C5 -----	15
31° CATEGORIA C4 -----	15
32° CATEGORIA C3 -----	15
33° CATEGORIA C3F -----	15
34° CATEGORIA AAE -----	16
CAPÍTULO IV EXERCÍCIO -----	16
TÍTULO I QUADROS DE ÁRBITROS DE FUTEBOL -----	16
35º QUADRO CJ -----	16
36º QUADRO EC1 -----	16
37º QUADRO C6 -----	16
38º QUADRO C5 -----	16
39º QUADRO C4 -----	17
40º QUADRO C3 -----	17
41º QUADRO AAE-----	17/18
42º QUADRO C3F -----	18
TÍTULO II QUADRO DE ÁRBITROS DE FUTSAL -----	18
43º QUADRO CJ -----	18
44º QUADRO EC1 -----	18
45º QUADRO C6 -----	18
46º QUADRO C5 -----	18
47º QUADRO C4 -----	19
48º QUADRO C3 -----	19
TÍTULO III QUADROS DE OBSERVADORES -----	19
49º QUADRO DE OBSERVADORES -----	19
TÍTULO IV - PREENCHIMENTO DE VAGAS E LIMITES DE IDADE -----	19
50º PREENCHIMENTO DE VAGAS -----	19
51º LIMITES DE IDADE -----	20
TÍTULO V - CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPAS DE ARBITRAGEM -----	20/21
52º COMPETIÇÕES DISTRITAIS DE FUTEBOL E FUTSAL -----	20/21
53º ELEMENTOS QUE ACOMPANHAM ÁRBITROS DOS QUADROS NACIONAIS -----	21
54º PROTOCOLO ENTRE ASSOCIAÇÕES -----	21
55º ÁRBITROS EM MOBILIDADE NO ÂMBITO DO ENSINO SUPERIOR -----	21/22
56º DESIGNAÇÃO-----	22
CAPÍTULO V - CLASSIFICAÇÕES -----	22
57º EXCLUSIVIDADE -----	22
58º OBSERVAÇÃO -----	22
59º CONHECIMENTO DE RELATÓRIOS -----	22
60º RECLAMAÇÃO DE RELATÓRIOS -----	22/23
61º DENÚNCIA DDE ARBITRAGEM INCORRETA -----	23

CAPÍTULO VI – COMISSÕES	23
62º COMISSÕES DE APOIO TÉCNICO	23
CAPÍTULO VII – TRANSFERÊNCIAS	23
63º TRANSFERÊNCIAS DE E PARA OUTRAS ASSOCIAÇÕES	23
NORMAS TRANSITÓRIAS	24

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

1º

DESIGNAÇÕES

1. As siglas ou expressões aqui identificadas tem os significados seguintes:
 - a. AFP - Associação de Futebol do Porto;
 - b. FPF - Federação Portuguesa de Futebol;
 - c. CAT - Comissão de Apoio Técnico;
2. As referências a "árbitro", "estagiário" e "observador" contemplam o género masculino e feminino.
3. A referência a “época desportiva”, compreende o período de 1 de julho a 30 de junho do ano seguinte.

2º

OBJETO

O presente Regulamento de Arbitragem é adotado ao abrigo dos poderes exercidos pela AFP, no âmbito da regulamentação da arbitragem do futebol e suas variantes e estabelece o regime aplicável à organização, formação, progressão, exercício e classificação dos agentes da arbitragem.

3º

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O presente regulamento aplica-se aos árbitros, árbitros assistentes, observadores, formadores, técnicos e demais pessoas singulares ou coletivas filiados na AFP e é ainda aplicável aos campeonatos e provas oficiais e aos jogos e torneios particulares, respetivamente, organizados e autorizados pela AFP.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DA ARBITRAGEM

TÍTULO I - ESTRUTURA

4º

COMPOSIÇÃO

A arbitragem é integrada pelos árbitros, árbitros assistentes, observadores, formadores e técnicos dos quadros da AFP.

5° ADMINISTRAÇÃO

1. O Conselho de Arbitragem da AFP é o órgão que tutela e o responsável pela coordenação e administração da atividade da arbitragem sob a jurisdição da AFP;
2. O Conselho de Arbitragem da AFP exerce os poderes necessários à gestão da arbitragem no âmbito das competições distritais.

6° COMPETÊNCIAS

1. Além das demais competências previstas nos Estatutos da AFP, compete ao Conselho de Arbitragem:
 - a. Assegurar o funcionamento da arbitragem no âmbito da jurisdição da AFP;
 - b. Implementar as leis de jogo no domínio específico da arbitragem no âmbito da jurisdição da AFP;
 - c. Promover junto dos árbitros, árbitros assistentes, observadores a divulgação das leis do jogo, das instruções emanadas pelos organismos nacionais e internacionais, demais normas que respeitem à arbitragem;
 - d. Zelar pela boa aplicação das leis de jogo;
 - e. Elaborar, anualmente, o plano de atividades;
 - f. Elaborar, anualmente, a lista de árbitros, árbitros assistentes e observadores, procedendo à sua publicação;
 - g. Propor à Direção da AFP:
 - I. A lista de árbitros candidatos, para indicação à FPF, para frequência no Curso de Formação Avançada Nível 2, seminário de árbitros assistentes especialistas e árbitras.
 - II. A lista de observadores candidatos, para indicação à FPF, para frequência no Curso de Formação Avançada para Observador de Categoria Nacional.
 - h. Estabelecer, no início de cada época desportiva, os critérios de:
 - I. Nomeação de árbitros;
 - II. Nomeação de observadores;
 - III. Classificação de árbitros e observadores;
 - IV. Preparação técnica e de exercício da atividade dos árbitros e observadores.
 - i. Designar os árbitros para os jogos das competições distritais;
 - j. Comunicar aos árbitros as suas nomeações;
 - k. Defender o prestígio da arbitragem, efetuando nomeadamente participações de ordem disciplinar por atos praticados contra a dignidade e honra de agentes da arbitragem ou perturbadores das necessárias condições ao seu exercício;
 - l. Estabelecer os conteúdos programáticos da formação dos agentes da arbitragem distrital;
 - m. Designar os observadores para a observação e avaliação das equipas de arbitragem;
 - n. Receber, controlar e arquivar os relatórios, com base nos relatórios de avaliação técnica efetuados para o efeito pelos observadores e pelos testes realizados nas ações de carácter obrigatório que constam do plano de atividades (futebol e futsal);
 - o. Garantir a confidencialidade da classificação e dos relatórios, sem prejuízo do

disposto nos números seguintes;

- p. Dar conhecimento individual aos árbitros dos relatórios de observação respetivos, no prazo máximo de 15 dias após o jogo;
- q. Comunicar aos observadores as suas nomeações;
- r. Promover e administrar, a formação dos árbitros, árbitros assistentes e observadores;
- s. Coordenar e uniformizar com o Conselho de Arbitragem da FPF, os níveis de formação dos árbitros, árbitros assistentes e observadores, os assuntos técnicos da arbitragem;
- t. Organizar e manter atualizadas as fichas de cadastro dos árbitros, árbitros assistentes e observadores da AFP;
- u. Apreciar e decidir sobre os pedidos de licença e jubilação;
- v. Gerir as demais tarefas que lhe estejam atribuídas;
- w. Decidir os casos omissos no presente regulamento.

7º

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ARBITRAGEM

Ao Presidente do Conselho de Arbitragem da AFP compete especialmente:

- 1. Representar a arbitragem junto das organizações distritais e nacionais;
- 2. Elaborar um relatório da atividade da arbitragem que é integrado no relatório anual da AFP;
- 3. Convocar e presidir às reuniões do Conselho de Arbitragem.

TÍTULO II - AGENTES SUBTÍTULO I - DOS DIREITOS

8º

ÁRBITROS

Os árbitros pertencentes ao quadro distrital têm direito, nos termos da regulamentação aplicável,

a:

- 1. Receber formação adequada ao exercício da sua função;
- 2. Gozar de independência técnica no exercício da sua atividade;
- 3. Exercer os poderes que lhes são conferidos pelas Leis do Jogo, desde a sua entrada nas instalações desportivas até à sua saída;
- 4. Receber as cópias dos relatórios de observação dos jogos em que tenha sido observado;
- 5. Receber enunciado dos testes realizados com indicação das respostas corretas, via sítio da AFP, por mail ou por afixação no local da realização dos testes;
- 6. Reclamar dos relatórios e classificações obtidas;
- 7. Ser promovido;
- 8. Auferir as importâncias estabelecidas pela AFP;
- 9. Solicitar pareceres sobre as leis de jogo e regulamentos ao Conselho de Arbitragem;
- 10. Solicitar dispensa de atuação, cumprindo para tal um prazo nunca inferior a 12 dias;
- 11. Os árbitros dos quadros distritais, têm direito a beneficiar de um seguro de acidentes pessoais que cubra os riscos de morte, invalidez permanente, despesas de

- tratamento e incapacidade temporária, resultante de acidente ou lesão no exercício ou por causa das suas funções, seguro esse que é suportado e selecionado pela AFP;
12. Recorrer para o Conselho de Justiça da AFP, das decisões que afetem os seus interesses;
 13. Obstar à utilização pública ilícita da sua imagem para fins de exploração comercial;
 14. Requerer licença, reingresso na carreira e jubilação;
 15. Ser eleito para cargos ou funções em entidades associativas da sua classe.

9º

OBSERVADORES

São direitos do observador, nos termos da regulamentação aplicável:

1. Gozar de independência técnica no exercício da sua função;
2. Receber as importâncias estabelecidas pelos órgãos competentes;
3. Recorrer para o Conselho de Justiça da AFP, das decisões que afetem os seus interesses;
4. Solicitar dispensa de exercício de atividade por período que não exceda o final de cada época;
5. Requerer licença, reingresso na carreira ou jubilação;
6. Ser beneficiário de um seguro de acidentes pessoais que cubra os riscos de morte, invalidez permanente, despesas de tratamento e incapacidade temporária, resultantes de acidente no exercício ou por causa das suas funções;
7. Solicitar pareceres sobre as leis do jogo e regulamentos ao Conselho de Arbitragem.

SUBTÍTULO II - DOS DEVERES

10º

AGENTE DA ARBITRAGEM

1. São deveres do agente da arbitragem:
 - a. Aceitar as nomeações para que esteja designado;
 - b. Comparecer aos jogos para os quais seja nomeado;
 - c. Justificar a sua não comparência ao Conselho de Arbitragem, logo que tenha conhecimento do facto impeditivo;
 - d. Proceder com correção e urbanidade no exercício das suas funções e fora delas;
 - e. Manter uma conduta conforme os princípios desportivos de lealdade, probidade, verdade e retidão nos jogos e nas relações de natureza desportiva, económica e social e bom entendimento com todos os órgãos da hierarquia desportiva, clubes, dirigentes, treinadores e demais agentes desportivos;
 - f. Moderar a utilização das redes sociais não publicando nem comentando assuntos relacionados com a arbitragem ou com as competições, clubes, jogadores, adeptos e árbitros;
 - g. Comparecer para depor em inquéritos, processos disciplinares ou protestos sempre que notificado;
 - h. Não emitir declarações ou opiniões públicas, em qualquer local e sem autorização prévia, sobre matérias de natureza técnica ou disciplinar relativas ao sistema

específico da arbitragem e a qualquer jogo;

- i. Abster-se da prática de atos na sua vida pública ou que nela se possam repercutir que se revelem incompatíveis com a dignidade e probidade no exercício das suas funções;
- j. Cumprir as normas e regulamentos em vigor;
- k. Guardar confidencialidade dos relatórios dos observadores;
- l. Entregar ao Conselho de Arbitragem o cartão concedido, quando aplicada pena de suspensão ou requerida licença ou jubilação.

2. São ainda deveres do árbitro ou árbitro assistente, assinar o boletim do jogo, a nele registar qualquer discordância quanto ao seu conteúdo e a comunicar esse facto, por escrito, ao órgão que o tiver nomeado.

11º

DEVERES ESPECÍFICOS DOS ÁRBITROS

1. São deveres específicos dos árbitros e árbitros assistentes:

- a. Comparecer nas instalações desportivas, com a antecedência exigível, para verificação das condições regulamentares do recinto de jogo, sendo esta de 60 (sessenta) minutos;
- b. Diligenciar no sentido de suprir as deficiências encontradas no recinto de jogo;
- c. Inscrever no boletim de jogo os factos a que se refere a alínea anterior;
- d. Apresentar-se em campo com o equipamento oficialmente aprovado, não podendo atuar como árbitro com um emblema que não corresponda à sua categoria;
- e. Iniciar o jogo à hora marcada;
- f. Concluir o jogo para o qual tenha sido nomeado;
- g. Assegurar o interesse comum de realização do jogo;
- h. Participar em todas as ações de formação, aperfeiçoamento e avaliação, bem como a todos os testes ou provas físicas para que tenham sido convocados.

2. São deveres específicos do árbitro:

- a. Cumprir e fazer cumprir as leis do jogo e os regulamentos federativos e associativos;
- b. Verificar o cumprimento pela sua equipa da comparência ao jogo com a antecedência exigível e reportar o seu incumprimento;
- c. Inscrever no relatório de jogo os motivos justificativos do não início ou conclusão do jogo para o qual seja nomeado;
- d. Elaborar o boletim do jogo mencionando os incidentes ocorridos antes, durante ou após o jogo bem como os comportamentos imputados aos jogadores, treinadores, médicos, massagistas, dirigentes e demais agentes desportivos, bem como os factos que constituam fundamento para a aplicação de sanções disciplinares;
- e. Enviar o boletim do jogo à AFP, em envelope próprio e cuja data de carimbo dos Correios, não pode ser posterior ao 2º dia útil, após a realização do jogo;
- f. Fazer constar de relatório complementar os factos suscetíveis de serem incluídos no boletim de jogo, de que tenha tomado conhecimento após o preenchimento daquele;

- g. Enviar o relatório complementar até 24h (vinte e quatro), após o envio do relatório de jogo;
- h. Recusar a direção de qualquer jogo não iniciado ou dado por findo, por outro árbitro, salvo nos casos regulamentarmente previstos;
- i. Não participar em qualquer jogo que ocorra fora do âmbito das competições organizadas pela AFP ou FPF sem que tenha sido nomeado pelo CA da AFP ou pelo CA da FPF ou que tenha sido autorizado a sua participação pela AFP.

12º

DEVERES ESPECÍFICOS DO OBSERVADOR

São deveres específicos do observador:

- 1. Usar de todos os meios proporcionados para aperfeiçoar os seus próprios conhecimentos das leis de jogo e dos regulamentos;
- 2. Elaborar os relatórios de apreciação técnica sobre as atuações da equipa de arbitragem;
- 3. Enviar através de SMS para o número fornecido pelo CA, no prazo máximo de uma hora após o jogo, a nota atribuída ao árbitro que acaba de observar no futebol;
- 4. Enviar o relatório de observação, via suporte informático, até 72 horas após a realização do jogo para o que foi nomeado no futebol e no futsal;
- 5. Garantir a confidencialidade dos relatórios de observação, sem prejuízo do disposto no número anterior;
- 6. Prestar ao Conselho de Arbitragem todos os esclarecimentos necessários à boa compreensão e fundamentação do teor dos relatórios de observação;
- 7. Analisar e avaliar objetivamente o desempenho da equipa de arbitragem.

13º

INCOMPATIBILIDADE E IMPEDIMENTO

- 1. Os observadores (obsC2) não podem pertencer cumulativamente à CAT;
- 2. Os observadores distritais encontram-se igualmente impedidos de exercer as suas funções, sempre que em qualquer uma delas intervenha um árbitro que com ele tenha relação de parentesco em linha reta ou colateral até ao terceiro grau;
- 3. A causa de incompatibilidade referida no número anterior é verificada no início de cada época, ficando os observadores em causa suspensos da sua atividade durante a época desportiva em que se tenha verificado o impedimento.

SUBTÍTULO III - DO ESTATUTO

14º

REGIME

Os árbitros, árbitros assistentes, observadores, cronometristas e formadores exercem a sua atividade desportiva na qualidade de agentes desportivos amadores.

15º

COMPENSAÇÃO

Os árbitros, árbitros assistentes e observadores têm direito a auferir os valores estipulados pela AFP no âmbito das competições por si organizadas.

16º

LICENÇAS

1. Os árbitros, árbitros assistentes e observadores têm direito à concessão de licença em casos devidamente justificados e desde que, à data do requerimento, não tenham pendente qualquer processo disciplinar;
2. A licença concedida pode ser temporária ou de longa duração;
3. É considerada licença temporária a que mede um período superior a 30 (trinta) dias e inferior a uma época desportiva, não invalidando que seja classificado, se, entretanto, já realizou alguma das provas (escrita ou física) excetuando as que tenham sido concedidas por lesão, doença ou gravidez;
4. É considerada licença de longa duração a que tenha período superior ao referido no número anterior e inferior a 2 (duas) épocas desportivas;
5. A licença de longa duração pode exceder o período referido no número anterior em caso de ausência do país se o seu beneficiário se tiver mantido em atividade;
6. A reintegração posterior a uma licença de longa duração pode ter lugar no início da época desportiva seguinte, desde que o requerimento seja efetuado até 30 (trinta) dias do final da época e o interessado cumpra as normas regulamentares estabelecidas;
7. O requerente ocupa a primeira vaga que ocorrer em consequência de jubilação;
8. A atribuição das licenças temporária e de longa duração e a decisão de reintegração compete ao Conselho de Arbitragem;
9. Da concessão e do termo da licença é dado conhecimento ao Conselho de Arbitragem.

17º

JUBILAÇÃO

1. Tem direito a jubilar-se o árbitro, árbitro assistente e observador que o requeira e preencha um dos seguintes requisitos:
 - a. Atinja o limite de idade para permanência na respetiva categoria;
 - b. Tenha exercido a atividade durante 12 (doze) épocas seguidas ou 15 (quinze) alternadas e não tenha sofrido pena de suspensão que exceda o total de 60 (sessenta) dias;
 - c. Tenha sido considerado incapaz para a prática da atividade por entidade clínica competente.
2. Para os efeitos do disposto na alínea b) do número anterior, não são contabilizados os períodos de licença que excedam o total de 60 (sessenta) dias;
3. A jubilação é concedida na categoria detida à data do requerimento;
4. As vagas resultantes de jubilação são preenchidas pelo melhor classificado não promovido do quadro imediatamente inferior, desde que requerida até 31 de dezembro;
5. A jubilação requerida após 31 de dezembro, é considerada como despromoção à categoria inferior.

CAPÍTULO III

FORMAÇÃO E PROGRESSÃO

TÍTULO I - CURSOS E SEMINÁRIOS

18º

CONDIÇÃO DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

Pode exercer a atividade de árbitro ou observador quem obtenha qualificação necessária para o efeito, por conclusão, aproveitamento e classificação bastante nos cursos ou seminários ministrados pelo Conselho de Arbitragem da AFP.

19º

CURSOS E SEMINÁRIOS

- a. Para o exercício da atividade de árbitro é realizado o curso e seminário seguintes:
 - i. Curso de Formação Inicial Nível 1 de futebol e futsal;
 - ii. Seminário específico de futebol de praia;
- b. Para o exercício da atividade de observador é realizado o curso de Formação Inicial Nível 1 para observadores distritais de futebol e de futsal.

20°

CURSOS DE ÁRBITROS

1. Os cursos de Formação Inicial Nível 1, de futebol e futsal, são organizados pelo Conselho de Arbitragem da AFP;
2. O curso referido compreende duas fases de formação: uma fase teórico-prática e um estágio curricular;
3. A fase teórico-prática do curso de Formação Inicial Nível 1 de futebol e futsal será a consignada no Regulamento de Arbitragem da FPF;
4. O aproveitamento nas fases teórico-práticas é condição de admissão para o estágio curricular;
5. A não conclusão do estágio curricular, no decurso de uma época desportiva, importa o reinício do curso respetivo;
6. Em casos devidamente justificados, nomeadamente resultantes do início tardio do curso, é permitido que, nos cursos de Formação Inicial Nível 1, o árbitro conclua a parte teórico-prática numa época e realize estágio curricular na época imediatamente seguinte;
7. No final da fase teórica, os candidatos serão sujeitos a teste escrito versando as matérias ministradas no decorrer do curso.

21°

CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

1. É admitido ao curso de Formação Inicial Nível 1, o candidato que preencha os seguintes requisitos:
 - a. Seja nacional de um país comunitário ou beneficie do estatuto de dupla nacionalidade;
 - b. Tenha idade de integração na categoria CJ, seja menor emancipado ou maior até à idade máxima de 35 (trinta e cinco) anos;
 - c. Resida na área do distrito do Porto;
 - d. Não sofra de incapacidade civil, interdição ou inabilitação;
 - e. Não tenha sido condenado a pena de prisão efetiva, por sentença com trânsito em julgado;
 - f. Não tenha sofrido sanção disciplinar, em qualquer modalidade desportiva, com pena igual ou superior a noventa dias de suspensão;
 - g. Não seja portador de doença ou defeito físico incompatível com a prática da arbitragem;
 - h. Tenha o mínimo de 1,65 m de altura nos homens e 1,55 m nas mulheres, salvo tratando-se de candidato à categoria CJ;
 - i. Tenha o 12º ano de escolaridade como habilitação literária mínima ou equivalente ou, sendo candidato à categoria CJ, habilitação literária mínima correspondente à sua idade;
 - j. O Conselho de Arbitragem da AFP pode admitir a inscrição de candidato que:
 - l. Tenha sido praticante de futebol ou futsal e tenha disputado campeonatos oficiais de seniores;

- II. Possua, pelo menos, o nono ano do ensino básico e comprove conhecimento equivalente à habilitação estabelecida na alínea i) do número anterior;
 - III. O pedido de inscrição é apresentado ao Conselho de Arbitragem da AFP;
 - IV. O requerente que reúna os requisitos dos artigos anteriores é submetido a exame médico.
2. Quando a candidatura seja aprovada, deve o candidato apresentar os seguintes documentos:
- a. Certificado de habilitações literárias;
 - b. Certificado de Registo Criminal;
 - c. Bilhete de identidade, cartão de cidadão, passaporte ou certidão de registo de nascimento;
 - d. Cartão de contribuinte, quando não for apresentado o cartão de cidadão.

22º

CURSO DE OBSERVADORES

- 1. O curso de Formação Inicial para Observador é organizado pelo Conselho de Arbitragem da AFP;
- 2. O Curso de Formação Inicial para Observador (Obs C2) é constituído de uma fase teórico-prática consignada no Regulamento de Arbitragem da FPF;
- 3. No final da fase teórica, os candidatos serão sujeitos a teste escrito versando as matérias ministradas no decorrer do curso.

23º

CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

O Curso de Formação Inicial para Observador Distrital é constituído por uma fase teórico-prática de 15 (quinze) horas.

Pode frequentar o Curso de Formação Inicial para Observador Distrital o árbitro das categorias nacionais, o árbitro ou ex-árbitro na época em que termina funções ou na seguinte, o membro da CAT e o dirigente de Conselho de Arbitragem que preencha os seguintes requisitos:

- a) Tenha idade inferior a 55 (cinquenta e cinco) anos;
- b) Tenha exercido as respetivas funções durante, pelo menos, 5 (cinco) anos;
- c) Não tenha sido condenado a pena de prisão efetiva, por sentença com trânsito em julgado.
- d) Não lhe tenha sido aplicada, em qualquer modalidade desportiva, sanção disciplinar com suspensão superior a 180 (cento e oitenta) dias;
- e) Não se encontre numa situação de incompatibilidade, nos termos do ARTIGO 13º do presente regulamento.

24º

SEMINÁRIO FUTEBOL PRAIA

O seminário específico de árbitro de futebol de praia é realizado pelo Conselho de Arbitragem da AFP.

TÍTULO II - CATEGORIAS

25°

DOS ÁRBITROS

No âmbito das competições sob a jurisdição da AFP:

1. Os árbitros de futebol integram as categorias EC1, CJ, C6, C5, C4, C3, C3 Avançado, AAE e C3F;
2. Os árbitros de futsal integram as categorias EC1, CJ, C6, C5, C4, C3, C3 Avançado;
3. Os árbitros de futebol de praia integram a categoria C2.

26°

DOS OBSERVADORES

É atribuída a categoria observador (Obs C2) a quem tenha obtido aproveitamento no curso de formação inicial para observadores nível 1 (Obs C2N1).

27°

CATEGORIA CJ

1. A categoria CJ é atribuída ao árbitro quando tenha idade inferior a 18 anos;
2. A categoria CJ é subdividida em CJ1 para os candidatos que tiverem entre os 14 e os 15 anos de idade e CJ2 para os candidatos com idade compreendida entre os 16 e os 17 anos de idade;
3. O árbitro de futebol da categoria CJ1 ou CJ2 que tiver arbitrado durante 2 (duas) ou mais épocas nestas categorias e participado em, pelo menos, 10 (dez) jogos na qualidade de árbitro de escalões de juniores e 20 (vinte) jogos na qualidade de árbitro assistente nas competições distritais seniores adquirem a categoria C4 ao atingir os 18 anos de idade;
4. O árbitro de futsal de categoria CJ1 ou CJ2 que tiver arbitrado durante 2 (duas) ou mais épocas nestas categorias e participado em, pelo menos, 30 (trinta) jogos na qualidade de primeiro ou segundo árbitro de escalões de juniores adquirem a categoria C4 ao atingir os 18 anos de idade;
5. Os árbitros desta categoria apenas podem atuar, enquanto árbitro, em escalões etários correspondentes a idade inferior à sua;
6. É permitido aos árbitros da categoria CJ acumular com a atividade de jogador.

28°

CATEGORIA EC1

1. O candidato a frequentar o Estágio Curricular Inicial Nível 1 tem a designação de Estagiário Nível 1 (EC1);
2. É promovido à categoria C5 ou CJ quando cumprir o estágio curricular consignado no Regulamento da FPF.

29º

CATEGORIA C6

1. A categoria C6 é conferida ao árbitro que não reúna os requisitos de promoção à categoria superior, pelo limite de idade;
2. A categoria C6 habilita o seu titular a dirigir jogos em qualquer das competições distritais.

30º

CATEGORIA C5

1. A categoria C5 é atribuída na primeira época desportiva nessa categoria ao candidato que tenha obtido nota positiva no estágio curricular dos Cursos de Formação Inicial Nível 1 e idade igual ou superior a 18 anos e que reúna todos os requisitos de promoção à categoria superior;
2. A categoria C5 habilita o seu titular a dirigir jogos em qualquer das competições distritais.

31º

CATEGORIA C4

1. A categoria C4 é conferida ao árbitro que, tendo pelo menos uma época na categoria C5, preencha os requisitos de promoção à categoria superior, pelos árbitros mencionados no número 3 do artigo 27 (CJ2) e pelos árbitros despromovidos da categoria C3;
2. A categoria C4 habilita o seu titular a dirigir jogos em qualquer das competições distritais.

32º

CATEGORIA C3

1. A categoria C3 é conferida ao árbitro que, tendo pelo menos uma época na categoria C4, preencha os requisitos de promoção à categoria superior e pelos árbitros despromovidos dos quadros da FPF;
2. A categoria C3 habilita o seu titular a dirigir jogos em qualquer das competições distritais.

33º

CATEGORIA C3F

1. A categoria C3F é dividida em duas subcategorias, C3F1 e C3F2;
2. A subcategoria C3F1, engloba todas as árbitras que obtenham resultados positivos, nos testes do início de época e que reúnam os requisitos para serem indicadas ao seminário da FPF;
3. A subcategoria C3F1 habilita o seu titular a dirigir jogos em qualquer das competições distritais;
4. A subcategoria C3F2 engloba todas as árbitras que não possuam os requisitos de promoção;
5. As árbitras das categorias CJ e EC1 podem acumular a sua função com a atividade de jogadora, cabendo ao CA fazer essa gestão.

34º
CATEGORIA AAE

1. A categoria AAE é dividida em 2 grupos, A e B.
2. A categoria AAE, grupo A, engloba todos os árbitros da categoria regional que possuam os requisitos para concorrer ao Seminário de AAC2, no âmbito do Regulamento da FPF
3. A categoria AAE, grupo B, engloba todos os restantes incluídos no quadro AAE.
4. A categoria AAE habilita o seu titular a dirigir jogos em qualquer das competições distritais.

CAPÍTULO IV EXERCÍCIO
TÍTULO I - QUADROS DE ÁRBITROS DE FUTEBOL

35º
QUADRO C1

1. O quadro é composto por todos os árbitros com idade inferior a 18 anos.

36º
QUADRO EC1

1. O quadro é composto por todos os árbitros que tenham obtido nota positiva na fase teórico-prática do Curso de Formação Nivel 1 e se encontrem a concluir o estágio curricular.

37º
QUADRO C6

1. O quadro é composto por todos os árbitros que não possuam todos os requisitos para promoção à categoria superior ou para integrarem qualquer outra categoria.

38º
QUADRO C5

1. O quadro C5 é composto por todos os árbitros que preencham os requisitos de promoção à categoria superior e pelos árbitros despromovidos de C4, com idade igual ou inferior a 30 anos, no início de cada época desportiva, não havendo limite de árbitros;
2. Serão promovidos a C4 o número de árbitros necessários para completar o respetivo quadro;
3. Os árbitros que reprovarem em ações de avaliação não poderão ser promovidos, passando a ser designados como C5 manutenção.

39º

QUADRO C4

1. O quadro C4 é composto por todos os árbitros que preencham os requisitos de promoção à categoria superior, com idade igual ou inferior a 32 anos, no início de cada época desportiva, sendo o seu limite de 30 árbitros;
2. Serão promovidos a C3 o número de árbitros necessários para completar o respetivo quadro;
3. Serão despromovidos a C5 os últimos 5 (cinco) classificados e os que não obtenham classificação.

40º

QUADRO C3

1. O quadro de C3 é composto pelos árbitros que preencham os requisitos de promoção ao Curso de Formação Avançada Nível 2 da FPF e pelos árbitros despromovidos dos quadros da FPF, com idade igual ou inferior a 33 anos, no início de cada época desportiva, sendo o seu limite de 25 árbitros;
2. Serão indicados ao Curso de Formação Avançada Nível 2 da FPF, o número de árbitros consignados no Regulamento de Arbitragem da FPF;
3. Serão despromovidos a C4 os últimos 5 (cinco) classificados e os que não obtenham classificação.

41º

QUADRO DE ARBITROS ASSISTENTES ESPECIALISTAS

1. O quadro de árbitros assistentes especialistas é constituído por todos os árbitros que tenham obtido classificação para manutenção nesta categoria, pelos árbitros assistentes que possam ser despromovidos da FPF e pelos que se tenham candidatado às vagas resultantes nas provas de acesso;
2. O quadro dos AAE é dividido em 2 (dois) grupos, A e B.
3. O grupo A será constituído pelos primeiros 12 (doze) classificados da época anterior e que reúnam os requisitos para indicação ao Seminário de Árbitros Assistentes da FPF; O grupo B será constituído pelos restantes AAE, neles se incluindo os candidatos aprovados nas provas realizadas, ao abrigo do ponto 7 deste artigo;
4. Serão despromovidos do grupo A ao grupo B, os 2 (dois) últimos classificados e os que não obtenham classificação e, os que não satisfaçam as condições exigidas para indicação ao Seminário de Árbitros Assistentes da FPF;
5. Serão promovidos ao grupo A, os 2 (dois) primeiros classificados do grupo B mais os necessários para completar o grupo A;
6. Serão despromovidos à sua categoria como árbitro antes do ingresso neste quadro, os últimos 3 (três) classificados e os que não obtenham classificação do grupo B;
7. Até ao final do mês de março da época em curso, podem candidatar-se a este quadro todos os árbitros que tenham pelo menos 5 (cinco) épocas desportivas ou pelo menos 1 (um) ano como árbitro C2, com idade mínima igual ou superior a 25 (vinte e cinco) anos e máxima de 32 (trinta e dois) anos, no início de cada época desportiva para a qual se candidatam, sendo admitidos para preenchimento das vagas existentes, os melhores classificados nas provas realizadas durante o mês de junho dessa época com efeitos na época seguinte.

8. Serão indicados ao Seminário de Árbitros Assistentes da FPF, o número de árbitros assistentes consignados no Regulamento da FPF.

42º

QUADRO C3F

1. O Quadro C3F é dividido em 2 (duas) categorias:
 - a) O C3F1 é composto por todas as árbitras que obtenham resultados positivos nas provas de avaliação, tenham no mínimo 4 (quatro) anos de atividade e reúnam todos os requisitos para indicação ao Seminário Específico de Futebol Feminino da FPF;
 - b) O C3F2 é composto por todas as árbitras que não cumpram o estipulado na alínea anterior.
2. Serão indicadas ao Seminário Específico de Futebol Feminino da FPF, o número de árbitras consignadas no Regulamento de Arbitragem da FPF.
3. Estes quadros serão constituídos no início de cada época desportiva.

QUADROS DE ÁRBITROS DE FUTSAL

43º

QUADRO C1

1. O quadro é composto por todos os árbitros com idade inferior a 18 anos.

44º

QUADRO EC1

1. O quadro é composto por todos os árbitros que tenham obtido nota positiva na fase teórico-prática do Curso de Formação Nivel 1 e se encontrem a concluir o estágio curricular.

45º

QUADRO C6

1. O quadro é composto por todos os árbitros que não possuam todos os requisitos para promoção à categoria superior ou para integrarem qualquer outra categoria.

46º

QUADRO C5

1. O quadro C5 é composto por todos os árbitros que preencham os requisitos de promoção à categoria superior e pelos árbitros despromovidos de C4, com idade igual ou inferior a 30 anos, no início de cada época desportiva, não havendo limite de árbitros
2. Serão promovidos a C4 o número de árbitros necessários para completar o respetivo quadro
3. Os árbitros que não obtenham pelo menos 60 pontos no teste escrito ou 15.1 no yo-yo assim como os observadores no teste escrito e no prático não obtenham 60 pontos ficam a partir dessa data, impedidos de promoção.

47º

QUADRO C4

1. O quadro C4 é composto por todos os árbitros que preencham os requisitos de promoção á categoria superior, com idade igual ou inferior a 32 anos, no início de cada época desportiva, sendo o seu limite de 30 árbitros
2. Serão promovidos a C3 o número de árbitros necessários para completar o respetivo quadro
3. Serão despromovidos a C5 os últimos 5 (cinco) classificados, neles se incluindo os que não obtenham classificação.
4. Os árbitros que não obtenham pelo menos 60 pontos no teste escrito ou 15.1 no yo-yo assim como os observadores no teste escrito e no prático não obtenham 60 pontos ficam a partir dessa data, impedidos de promoção.

48º

QUADRO C3

1. O quadro de C3 é composto pelos árbitros que preencham os requisitos de promoção ao Curso de Formação Avançada Nível 2 da FPF e pelos árbitros despromovidos dos quadros da FPF, com idade igual ou inferior a 33 anos, no início de cada época desportiva, sendo o seu limite de 25 árbitros;
2. Serão indicados ao Curso de Formação Avançada Nível 2 da FPF, o número de árbitros consignados no Regulamento de Arbitragem da FPF;
3. Serão despromovidos a C4 os últimos 5 (cinco) classificados, neles se incluindo os que não obtenham classificação
4. Os árbitros que não obtenham pelo menos 60 pontos no teste escrito ou 15.1 no yo-yo assim como os observadores no teste escrito e no prático não obtenham 60 pontos ficam a partir dessa data, impedidos de promoção.

TÍTULO III - QUADRO DE OBSERVADORES

49º

QUADRO

1. O quadro de observadores (Obs C2) é composto pelos observadores convidados pelo CA em função das necessidades;
2. No final de cada época será indicado 1 (um) observador ao Curso de Formação Avançada Observador Nacional (OBSC1N2).

TÍTULO IV - PREENCHIMENTO DE VAGAS E LIMITES DE IDADE

50º

PREENCHIMENTO DE VAGAS

As vagas eventualmente existentes aquando da elaboração dos quadros qualquer que seja o motivo, serão preenchidas pelos árbitros não promovidos da categoria imediatamente inferior, por ordem de classificação e que, á data, ainda reúnam os requisitos para integrar essa categoria. Na categoria AAE, serão promovidos os árbitros que tenham prestado provas de acesso para esta categoria e não tenham sido promovidos, pela ordem de classificação.

51º

LIMITES DE IDADE

1. O árbitro da categoria C6 pode exercer a sua atividade até aos 45 (quarenta e cinco) anos de idade;
2. O observador pode exercer a sua atividade até aos 70 (setenta) anos de idade;
3. Para efeitos de frequência do Curso de Formação Avançada Observador Nacional, não poderão ter idade superior a 55 anos;
4. Os limites de idade referidos nos pontos 1, 2 e 3, são aferidos ao dia 30 de junho da época de promoção e não obstam à conclusão da época desportiva em curso, pelo seu titular;
5. O Conselho de Arbitragem pode autorizar os seus árbitros a permanecer em atividade no âmbito distrital após a idade limite para o exercício, desde que os interessados se encontrem em boas condições físicas para o efeito e demonstrem deter as capacidades técnicas necessárias, até ao limite máximo de 48 (quarenta e oito) anos de idade;
6. Excecionalmente poderá ser autorizado a permanecer até aos 50 (cinquenta) anos, os árbitros que manifestem esse interesse e o Conselho autorize, desde que os interessados se encontrem em boas condições físicas para o efeito e demonstrem possuir a capacidade técnica necessária e apenas serão nomeados para Camadas Jovens e Categoria de Masters.

TÍTULO V - CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPAS DE ARBITRAGEM

52º

COMPETIÇÕES DISTRITAIS DE FUTEBOL E FUTSAL

1. As equipas de arbitragem de Futebol da categoria C3, devem ser constituídas por um elemento desta categoria, sendo que os outros dois elementos devem pertencer às categorias C5, C6, CJ e / ou EC1.
 - 1.1 As equipas de arbitragem de Futsal da categoria C3, devem ser constituídas por um elemento desta categoria, sendo que o outro elemento deve pertencer às categorias C5 e / ou C6.
2. As equipas de arbitragem de Futebol da categoria C4, devem ser constituídas por um elemento desta categoria, sendo que os outros dois elementos devem pertencer às categorias C5, C6, CJ e / ou EC1.
 - 2.1 As equipas de arbitragem de Futsal da categoria C4, devem ser constituídas por um elemento desta categoria, sendo que o outro elemento deve pertencer às categorias C5, C6, CJ e / ou EC1.
3. As equipas de arbitragem de Futebol da categoria C5, devem ser constituídas por

um elemento desta categoria, sendo que os outros dois elementos devem pertencer às categorias C5, C6, CJ e / ou EC1.

- 3.1 As equipas de arbitragem de Futsal da categoria C5, devem ser constituídas por um elemento desta categoria, sendo que o outro elemento deve pertencer às categorias C3, C4, C5, C6, CJ e / ou EC1.
4. As equipas de arbitragem de Futebol da categoria C6, devem ser constituídas por um elemento desta categoria, sendo que os outros dois elementos devem pertencer às categorias C5, C6, CJ e / ou EC1.
- 4.1. As equipas de arbitragem de Futsal das categorias C6, devem ser constituídas por um elemento desta categoria, sendo que o outro elemento pode pertencer a qualquer uma das categorias.
5. As equipas de arbitragem de Futebol da categoria C3F1, devem ser constituídas por um elemento desta categoria, sendo que os outros dois elementos devem pertencer à categoria C3F2 ou C5, C6, CJ e / ou EC1.
6. As equipas de arbitragem Futebol da categoria C3F2, devem ser constituídas por um elemento desta categoria, sendo que os outros dois elementos devem pertencer preferencialmente à categoria C3F2, sendo possível na falta de elementos desta categoria, pertencerem às categorias C5, C6, CJ e / ou EC1.

53°

ELEMENTOS QUE ACOMPANHAM ÁRBITROS DOS QUADROS NACIONAIS

1. Só será autorizado a fazer parte de uma equipa de arbitragem do árbitro de futebol da categoria C2, o árbitro assistente que pertença à categoria AAE, sendo que cada equipa de arbitragem desta categoria tem que ter no mínimo 1 (um) elemento do grupo A.
2. Os elementos que acompanhem os árbitros de futebol das categorias C3 avançado tem de pertencer ao quadro AAE.
3. Os elementos que acompanhem os árbitros de futebol das categorias CF1 e CF2, podem pertencer às categorias AAE, C3F2, C5 ou C6.

54°

PROTOCOLO ENTRE ASSOCIAÇÕES

As Associações podem celebrar protocolos entre si destinados a permitir que árbitros e observadores filiados na sua Associação intervenham em jogos de Associações congéneres, devendo a cópia do protocolo ser remetida aos serviços do departamento de arbitragem da FPF.

55°

ÁRBITROS EM MOBILIDADE NO ÂMBITO NO ENSINO SUPERIOR

1. O árbitro estrangeiro que se encontre em Portugal por um período não inferior a 3 (três) meses, na sequência de programas de mobilidade no âmbito do ensino superior, pode participar nas competições nacionais e/ou distritais, desde que o Conselho de Arbitragem, verificando a inexistência de situação grave e inconveniente,

- assim o delibere indicando as competições em que o interessado pode atuar;
2. O requerimento ao Conselho de Arbitragem é instruído de documento de Federação de origem comprovativo do nível em que o interessado se encontra autorizado a arbitrar nesse país e comprovativo da detenção das condições para atuar no país de origem.

56º

DESIGNAÇÃO

1. Os árbitros que se encontrem disponíveis são designados para os jogos das competições organizadas pela AFP;
2. O Conselho de Arbitragem da FPF pode delegar no Conselho de Arbitragem da AFP a nomeação de árbitros para os jogos das competições de juniores nacionais;
3. Nenhum árbitro pode deixar de ser designado em razão da sua filiação distrital ou preferência clubista.

CAPÍTULO V - CLASSIFICAÇÕES

57º

EXCLUSIVIDADE

O Conselho de Arbitragem da AFP estabelece as normas de classificação para árbitros, árbitros assistentes e observadores e procede à sua publicação no site da AFP até ao início das competições a que as mesmas digam respeito.

58º

OBSERVAÇÃO

Os árbitros podem ser observados com carácter classificativo em jogos na categoria de Seniores e Juniores A.

59º

CONHECIMENTOS DOS RELATÓRIOS

1. O árbitro toma conhecimento, individual, dos relatórios dos observadores relativos aos jogos em que participe, no prazo máximo 96 (noventa e seis) horas contadas a partir do final da sua realização, encontrando-se obrigado a deles guardar confidencialidade
2. No caso de existir observação em vídeo, o árbitro tomará conhecimento do relatório de visionamento no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data da sua realização, encontrando-se obrigado a deles guardar confidencialidade.

60º

RECLAMAÇÃO DOS RELATÓRIOS

Os árbitros e observadores que discordem dos relatórios ou fichas de avaliação, podem, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da sua disponibilização, dele reclamar para o Conselho de Arbitragem, que decide após submeter a parecer da CAT. Pode reclamar-se com fundamento em erro no preenchimento no relatório ou ficha de

avaliação tendo em conta os critérios e limites de notas previstas nas diretivas em vigor. Para reclamação do relatório do observador, terá que ser a filmagem integral do jogo, em suporte informático ou dvd.

61º

DENÚNCIA DE ARBITRAGEM INCORRETA

Os clubes das competições da AFP podem denunciar ao Conselho de Arbitragem a existência de arbitragem incorreta, no prazo de 5 (cinco) dias após o jogo.

CAPÍTULO VI - COMISSÕES

62º

COMISSÕES DE APOIO TÉCNICO

1. As CATs do Conselho de Arbitragem da AFP, são um órgão de consulta e apoio do Conselho de Arbitragem, em matéria de formação, classificações, questões técnicas e outras iniciativas tendentes à valorização da arbitragem, nas variantes de futebol, futsal e futebol de praia
2. As CATs são formadas pelos Instrutores, Monitores e elementos de capacidade técnica reconhecida e por livre escolha do Conselho de Arbitragem da AFP
3. As CATs serão compostas até 2 (dois) elementos no futebol e no futsal, que acumula o futebol de praia
4. As CATs, a pedido do Conselho de Arbitragem da AFP, são responsáveis por emitir pareceres técnicos e elaborar propostas de decisão às reclamações apresentadas;
5. A Gestão e Administração das CATs serão da responsabilidade do pelouro de Formação.

CAPÍTULO VII - TRANSFERÊNCIAS

63º

TRANSFERÊNCIA DE E PARA OUTRAS ASSOCIAÇÕES

1. Todos os árbitros transferidos de outras associações (distrital / regional), serão incluídos no quadro da sua categoria.
2. Os quadros ficam temporariamente excedentários, sendo que no final dessa época, descerão tantos quantos necessários para acerto dos mesmos.
3. Todos os árbitros que pretendam transferência para outras associações, terão de fazer prova de residência nesse distrito, apresentando o NIF das finanças locais e atestado de residência.

NORMAS TRANSITÓRIAS

1. Os árbitros das categorias de C3,C4, e AAE, que se encontrem sem actividade durante 1 ou mais anos e que até 30 de Junho da época em curso, não tenham comunicado a sua disponibilidade, passarão para a categoria de C5, as vagas serão preenchidas aquando do preenchimento das categorias, pelo(s) árbitro(s) e árbitro(s) assistentes melhor classificado(s), que não tenha(m) sido promovido(s).
2. Os árbitros da categoria CJ2, com requisitos para cumprimento do nº 3 do artº 27 deste regulamento, serão sujeitos às mesmas provas de classificação dos árbitros de C5

O presente regulamento entra em vigor no dia 1 de julho de 2019 sendo válido para a época de 2019/2020 e seguintes, podendo ser alterado consoante o Regulamento de Arbitragem da FPF de cada época.